



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Agravo de instrumento n. 319.242-3**

Agravante: ADUSEPS – Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde

Apelado: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**EMENTA:** Agravo de instrumento – Ação civil pública – Plano de saúde – Pedido de liberação de tratamento para os segurados necessitados – Inexistência de litisconsórcio passivo necessário da Seguradora com a União e a ANS – Perda do objeto em relação a um dos segurados – Ausência de menção da cláusula abusiva – Não configurado o *fumus bono iuris* – Inadmissível o perigo da demora em caráter generalizado – Não configurado o *periculum in mora* – Agravo a que se nega provimento

1. Não há litisconsórcio passivo necessário da Seguradora com a União e a ANS, pois não está demonstrado o interesse jurídico destes entes na causa; ademais, a causa não diz respeito à finalidade institucional da ANS.
2. Houve a perda do objeto em relação ao pedido de custeio do tratamento do segurado Alexandre de Godoy e Vasconcelos, pois, conforme consulta processual realizada no sítio eletrônico deste Tribunal, foi deferida medida liminar em favor do referido senhor, contra a Golden Cross, no bojo de processo de número 0071862-29.2013.8.17.0001 em trâmite na 29ª Vara Cível da Capital, tendo sido confirmada por sentença.
3. Ausente no caso o *fumus bono iuris*, pois a associação autora não provou que a Seguradora tem negado o tratamento a diversos pacientes, tendo feito prova apenas de uma negativa, além de não mencionar qual cláusula contratual seria abusiva.
4. Ausente no caso o *periculum in mora*, pois este não pode ser admitido de maneira genérica, para todos os associados.
5. Agravo a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo de Instrumento n. 319.242-3, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa, que integram este julgado.

Recife,

  
**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

181  
Gee

**Agravo de instrumento n. 319.242-3**

Agravante: ADUSEPS – Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde

Apelado: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

**Ação (fls. 36/52):** A **ADUSEPS – Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistema de Saúde** propôs ação civil pública contra **Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.**, requerendo ao juízo seja a Seguradora obrigada a custear o implante de cateter Tenckhoff por via laparoscópica e tratamento de diálise peritoneal automatizada para todos os segurados portadores de doença renal crônica, bem como cobrir o necessário para o tratamento desta enfermidade, tais como exames, consultas médicas, internações hospitalares e materiais cirúrgicos.

Alegou que a Golden Cross tem negado a autorização de tal procedimento. Fez, ainda, requerimento específico para custeio do tratamento do segurado Alexandre de Godoy e Vasconcelos.

**Decisão interlocutória (fls. 135/136):** o juiz da 21ª Vara Cível da Capital **indeferiu** os pedidos de antecipação de tutela. Primeiramente, indeferiu o pleito referente ao tratamento do segurado Alexandre de Godoy e Vasconcelos, afirmando ser a ADUSEPS parte ilegítima para pleitear direito individual.

O magistrado também indeferiu o pleito referente a todos os usuários, asseverando: **(a)** não ser o aludido tratamento o único recomendado para todos os portadores de doença renal crônica; **(b)** não estar provada a negativa aos demais usuários, com base apenas em um caso individual e **(c)** estar o *periculum in mora* restrito a casos específicos, não podendo ser admitido de forma generalizada.

**Agravo de instrumento da ADUSEPS (fls. 02/30): Sem preliminares. No mérito,** requer seja a Golden Cross compelida a autorizar para todos os segurados o implante de cateter Tenckhoff por via laparoscópica e tratamento de diálise peritoneal automatizada, sendo imediata e especificamente beneficiado o segurado Alexandre de Godoy e Vasconcelos. Em síntese, alega:

- (a)** Ser a diálise peritoneal procedimento previsto no Rol n. 211 da ANS;
- (b)** Ter a Seguradora negado, em face de Alexandre Godoy e Vasconcelos, o implante de cateter Tenckhoff por via laparoscópica e

tratamento de diálise peritoneal automatizada, cuja necessidade foi registrada por médico e

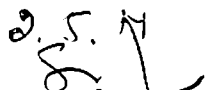
- (c) Serem nulas de pleno direito as disposições que limitem o implante de cateter Tenckhoff por via laparoscópica e tratamento de diálise peritoneal automatizada.

**Contrarrazões da Golden Cross** (fls. 165/171): **A título de preliminar**, alega a necessidade de formação de litisconsórcio necessário com a União e a ANS, alegando ser a presente ação capaz de alterar a regulamentação do plano. **No mérito**, requer o não provimento do recurso, afirmando não estar previsto no rol da ANS o tratamento em debate.

**Parecer do Ministério Público** (fls. 175/178): pugna pelo provimento do agravo de instrumento, de forma a beneficiar o segurado Alexandre de Godoy e Vasconcelos.

É o essencial a relatar. Peço pauta.

Recife,



**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Agravo de instrumento n. 319.242-3**

Agravante: ADUSEPS – Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde

Apelado: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO DA PRELIMINAR DAS CONTRARRAZÕES: LITISCONSÓRICO NECESSÁRIO**

Em sede de contrarrazões, a Golden Cross acusa a ausência da União e da ANS no polo passivo como litisconsortes necessários, e por isto requerem a extinção do processo sem resolução de mérito ou, subsidiariamente, o deslocamento da competência para a Justiça Federal.

Contudo, tal pedido não merece prosperar. Isto porque não está demonstrado o interesse daqueles entes na presente causa, nem mesmo como intervenientes. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 165 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. **DISCUSSÃO SOBRE CLÁUSULAS CONTRATUAIS REFERENTES A PLANO DE SAÚDE. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO PARA INTERVIR NO PROCESSO. AUSÊNCIA DE REAL INTERESSE JURÍDICO, NOS TERMOS DO ART. 50 DO CPC. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NO PONTO PROVIDO. 1. "A intervenção da União ou de suas Autarquias no processo depende da demonstração de legítimo interesse jurídico na causa, que não nasce da simples declaração de vontade, mas da possibilidade de lhe sobrevir prejuízo juridicamente relevante, consoante precedentes deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal (STJ - REsp 660.833 - Rel. Ministra NANCY ANDRIGUI - DJ 26/09/06 e STF, Pleno, RT 669/215 e RF 317/213)" (REsp 589.612/RJ, QUARTA TURMA, Rel. p/ acórdão Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (Desembargador Convocado do TJ/AP), DJe de 01/03/2010). 2. Recurso especial parcialmente conhecido e, no ponto, provido.**

(STJ - REsp: 767989 RJ 2005/0118690-8, Relator: Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), Data de Julgamento: 05/08/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/08/2010) (original sem destaques)


Ademais, a presente ação não diz respeito à finalidade institucional da ANS. Por oportuno, colaciono jurisprudência sobre caso semelhante:

RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - SEGURO SAÚDE - ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - INTERVENÇÃO DA AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE OU DA UNIÃO COMO LITISCONSORTE - DESNECESSIDADE - AUSÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO - NÍTIDO PROPÓSITO DE DESLOCAR A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL - INADMISSIBILIDADE -

RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1 - Considerando a relevância da Ação Civil Pública no sistema judiciário brasileiro e a delimitação de seu objeto pelo art. 1º da Lei 7.347/85, não se admite, em tese, a sua utilização desvinculada de suas finalidades, para simples defesa de direitos individuais disponíveis. 2 - A intervenção da União ou de suas Autarquias no processo depende da demonstração de legítimo interesse jurídico na causa, que não nasce da simples declaração de vontade, mas da possibilidade de lhe sobrevir prejuízo juridicamente relevante, consoante precedentes deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal (STJ - REsp 660.833 - Rel. Ministra NANCY ANDRIGUI - DJ 26/09/06 e STF, Pleno, RT 669/215 e RF 317/213). 3 - **A discussão de Cláusulas de Contrato de Seguro Saúde entre particulares, não justifica a intervenção da União ou da Agência Nacional de Saúde - ANS - no processo, posto que a matéria - Cláusula de apólice de Seguro - de interesse privado, não atrai a atuação da ANS que é a de instituir políticas públicas e não questões inter-partes de direitos disponíveis.** 4 - Não se justifica a alegação de interesse jurídico capaz de autorizar a intervenção da União no processo quando, da simples análise dos autos restar nítido que referido interesse restringe-se ao propósito de deslocar a competência da causa para a Justiça Federal. 5 - Admitir o interesse jurídico da União por simples e desfundamentada petição é outorgar, hoje como outrora, ao autor do processo a exclusiva competência de determinar onde processar o feito. 6 - Recurso Especial conhecido e improvido.

(STJ - REsp: 589612 RJ 2003/0152356-5, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 15/09/2009, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/03/2010) (original sem destaques)

Sendo assim, REJEITO a presente preliminar.





**TJRE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Agravo de instrumento n. 319.242-3**

Agravante: ADUSEPS - Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde

Apelado: Golden Cross Assistência Internacional de Saúde Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO DO MÉRITO**

Inicialmente, cabe ressaltar que o pedido de liminar do presente agravo de instrumento se confunde com o mérito, e juntamente com este será analisado.

**Também merece destaque a perda do objeto em relação ao pedido de custeio do tratamento do segurado Alexandre de Godoy e Vasconcelos,** pois, conforme consulta processual realizada no sítio eletrônico deste Tribunal, foi deferida medida liminar em favor do referido senhor, contra a Golden Cross, no bojo de processo de número 0071862-29.2013.8.17.0001 em trâmite na 29ª Vara Cível da Capital. Inclusive, houve sentença confirmando a liminar.

Sendo assim, resta analisar se merece ser acolhido o pedido principal, de compelir a Seguradora a custear o implante de cateter Tenckhoff por via laparoscópica e tratamento de diálise peritoneal automatizada para todos os segurados com necessidade do referido tratamento.

Em síntese, a ADUSEPS elenca os seguintes argumentos: **(a)** Ser a diálise peritoneal procedimento previsto no Rol n. 211 da ANS; **(b)** Ter a Seguradora negado, em face de Alexandre Godoy e Vasconcelos, o implante de cateter Tenckhoff por via laparoscópica e tratamento de diálise peritoneal automatizada, cuja necessidade foi registrada por médico e **(c)** Serem nulas de pleno direito as disposições restritivas ao implante de cateter Tenckhoff por via laparoscópica e tratamento de diálise peritoneal automatizada.

Entendo não estarem preenchidos, no presente caso, os requisitos do *fumus bono iuris* e do *periculum in mora*. Explico.

Embora a diálise peritoneal conste do rol de procedimentos mínimos do plano ambulatorial (Resolução 211 da ANS), a ADUSEPS limita-se a afirmar que a Golden Cross tem negado a cobertura dos procedimentos em debate. No entanto, só faz prova apenas de uma recusa, relativa a apenas um usuário.

No mais, afirma serem nulas as disposições contratuais restritivas ao implante de cateter Tenckhoff por via laparoscópica e tratamento de diálise peritoneal automatizada. No entanto, sequer faz menção a uma ou mais cláusulas

impondo limites ao referido tratamento. O apontamento expresso da cláusula é essencial para a averiguação da abusividade, como se depreende dos seguintes julgados:

DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APELAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. PLANOS ANTERIORES À LEI Nº 9656/98. REAJUSTES EM RAZÃO DA MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. APELO PROVIDO. A celeuma repousa no art. 35-E da Lei nº 9656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Referido dispositivo teve sua eficácia suspensa por ocasião do julgamento da ADI 1931 MC, Relator (a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 21/08/2003, DJ 28-05-2004 PP-00003 EMENT VOL-02153-02 PP-00266). Pois bem. O resultado do julgamento da ADI não expurgou do Ordenamento Jurídico o art. 35-E, mas tão somente declarou a suspensão de sua eficácia. Isso que dizer, não existe mais a obrigatoriedade de repactuação para a mudança de faixa etária pela forma ali deduzida. Impende destacar que a norma de eficácia suspensa previa a repactuação, com a diluição dos reajustes, para os contratos anteriores à vigência da lei. Com a suspensão, os reajustes voltaram a ser regulados pelas normas insertas nos contratos. Sobre tal, entendendo que a oneração, acompanhada da devida informação, não pode ser taxada de ilegal e abusiva, desde que não provoque onerosidade a ponto de tornar-se impeditivo à permanência do usuário no sistema privado de saúde a que aderiu. Com efeito, ainda que se tratem de planos confeccionados em momento anterior à vigência da Lei nº 9656/98, ajustados, portanto, pelos índices contratados, as operadoras não podem, ao arrepio da lei, majorar deliberadamente as suas mensalidades, tampouco, implr aumentos sem observar os limites estipulados pela ANS - Agência Nacional de Saúde. **Ressalte-se que, pela natureza da questão posta em julgamento, tem espaço as disposições do Código de Defesa do Consumidor, que possibilita a revisão dos contratos, ante a demonstração de onerosidade excessiva e a existência de cláusulas abusivas (consideradas nulas de pleno direito).** [...]

(TJ-PE - APL: 501201748 PE 139546-8, Relator: Antenor Cardoso Soares Junior, Data de Julgamento: 02/05/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 89)

E mais:

PROCESSO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA, VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. PRELIMINAR REJEITADA. PLANO DE SAÚDE - TRATAMENTO DE VARIZES BILATERAIS - RECUSA FUNDADA EM PRAZO DE CARÊNCIA - CLÁUSULA ABUSIVA - APLICAÇÃO DO CDC - PRIMAZIA DO DIREITO À SAÚDE DO SEGURADO. INOCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O julgamento antecipado da lide não caracteriza violação aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório se a matéria é exclusivamente de direito e a prova é documental. Sentença que aprecia a matéria, embora de forma concisa, não é decisão desfundamentada. 2. É injustificável a recusa de tratamento indicado por médico que acompanha o paciente a pretexto de que a cobertura temporária não inclui cirurgias antes do prazo de carência de 720 dias. 3. A seguradora é a destinatária do contrato de adesão cujas cláusulas devem ser interpretadas em seu favor, **podendo alterar aquelas de conteúdo abusivo para se proteger, invocando a tutela constitucional do direito à saúde.** Incidência do CDC aos efeitos do contrato. 4. Embora a recusa inicial, não havendo resistência do Plano de Saúde à alteração da cláusula, com o cumprimento imediato da liminar, não há falar-se em dano moral ante a ausência de constrangimentos, danos ou lesões de qualquer espécie à segurada. 6. Recurso de Apelação parcialmente provido.

188 /

(TJ-PE - APL: 355762820088170001 PE 0035576-28.2008.8.17.0001, Relator: Roberto da Silva Maia, Data de Julgamento: 18/09/2012, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 178/2012) (original sem destaques)

O apontamento expresso da cláusula seria medida essencial para o preenchimento do requisito do *fumus bono iuris*, ausente no presente caso. Já em relação ao *periculum in mora*, merece ser ressaltada a observação pelo juiz *a quo*, segundo o qual o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação fica restrito a casos específicos, e não de forma generalizada, para todos os associados.

No mais, considerando o juízo de cognição sumária, vale destacar ser imprudente a concessão da antecipação da tutela no presente momento processual, com poucos elementos demonstrando o bom direito.

Face ao exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao presente agravo de instrumento, mantendo-se a decisão interlocutória em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 18.6.14

  
**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Relator